Revista Cacto
Ciência, Arte, Comunicação em Transdiciplinaridade Online
INSTITUTO FEDERAL
Sertão Pernambucano

Análise comparativa dos livros didáticos de alfabetização em escolas pública e privada em Juazeiro-BA

Comparative analysis of literacy textbooks in public and private schools in Juazeiro-BA

Samanta Zaira Fernandes da Silva[1]

Maria Isabel do Nascimento Silva[2]

José Almir do Nascimento[3]

Resumo

O livro didático é uma importante ferramenta no processo de alfabetização e letramento, que por meio de suas atividades auxilia a construção do conhecimento e autonomia discente. Partindo dessas considerações, o presente artigo objetivou analisar de forma comparativa livros didáticos de Língua Portuguesa da etapa de alfabetização em uso numa escola privada e na rede de ensino público no município de Juazeiro-BA. Com isso, examinamos como as atividades estão dispostas para os alunos em cada livro, identificando suas semelhanças e disparidades. O método comparativo possibilitou um resultado sólido a partir dos itens avaliados, desvelando que o livro da rede pública se faz eficaz quanto a formação integral do aluno, permitindo que a sua aprendizagem seja significativa quanto ao uso social da leitura e escrita. Por sua vez, as atividades do livro da escola privada oferecem apenas o domínio da aprendizagem técnica sobre a escrita alfabética. Tomando como efeito as disparidades encontradas nos livros de alfabetização em uso na escola pública e privada, entendemos relevante desfazer estereótipos acerca da qualidade de ensino ofertada às escolas públicas do país, com base na qualidade do livro como recurso didático.

Palavras-chave: Livro didático; Alfabetização e letramento; Qualidade do ensino.

Abstract

[1] UPE. Graduada em Pedagogia, Campus Petrolina. E-mail: samanta.silva@upe.br. Orcid: https://orcid.org/0009-0008-3234-8139

[2] UPE. Mestra em Educação, Campus Mata Norte. E-mail: mariaisabel.nascimento@upe.br. Orcid: https://orcid.org/0009-0006-6137-8746

[3] UPE. Professor Adjunto do colegiado de Pedagogia, Campus Petrolina. Doutor em Educação. E-mail: almir.nascimento@upe.br. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4657-9815

The textbook is an important tool in the literacy and literacy process, which through its activities assists the construction of knowledge and learner autonomy. Based on these considerations, the present article aimed to analyze, in a comparative way, Portuguese Language textbooks of the literacy stage in use in a public school and in the public education network in the municipality of Juazeiro-BA. With this, we examined how the activities are arranged for the students in each book, identifying their similarities and disparities. The comparative method enabled a solid result from the items evaluated, revealing that the book of the public network is effective as to the integral formation of the student, allowing their learning to be significant as to the social use of reading and writing. In turn, the activities in the public school book offer only the technical learning domain of alphabetic writing. Taking the disparities found in the literacy books in use in public and public schools as an effect, we believe it is relevant to undo stereotypes about the quality of education offered in the country's public schools, based on the quality of the book as a didactic resource.

Keywords: Textbook; Literacy and literacy; Quality of teaching.

Introdução

O senso comum traz suspeitas de que o processo de aprendizagem, bem como os resultados desejáveis neste processo, são díspares entre a escola privada e a escola pública. Neste sentido, é justificativo de um discurso que o acesso a bens e insumos impõe melhores condições de aprendizagem – dentre outras alegações, o acesso à bens culturais e materiais, por exemplo. Por consequência, o alcance da qualidade da educação é, por base, desigual. Parte disso deriva da crença que a escola pública carece de insumos, abundantes na escola privada.

Quando é o caso de a escola pública ter parte dos insumos como uma política consolidada, como no caso dos livros didáticos (LD), compreende-se que esse recurso é inferior. Sua diferenciação se justifica pelo público a qual se destina e os fins de exclusividade, ou seja, os livros didáticos utilizados na rede pública e os que são utilizados nas escolas privadas são distintos na abordagem teórica dos conteúdos, qualificadores do ensino. Assim, propagandeiam algumas instituições privadas:

> Escola particular ou escola pública: qual escolher?
> Ambas pretendem ensinar o seu pequeno, mas de maneira diferente. No quesito de material didático, por exemplo, *na escola pública os livros são destinados pelo governo e comprados com a verba que ele destina para tal. Muitas vezes, são livros desatualizados* e que não vêm em quantidade suficiente para a sala toda. Na particular o material é selecionado pelos

> professores que irão dar aquela aula, independente do custo, já que são os pais que compram. Isso faz elevar a qualidade (Colégio Erasto Gaertner, 2021 – grifos inseridos ao original).

Por tais considerações, nos questionamos se, de fato, há disparidades entre os livros didáticos para Alfabetização utilizados na rede pública de ensino e na rede privada de ensino? Por isso, desejamos conhecer e analisar criticamente exemplares destas obras em uso no processo de alfabetização, sendo um de uma escola pública e outro de uma escola privada.

Desta forma, consideramos pôr à prova a questão posta no extrato. Nestes termos, o presente artigo tem como objetivo analisar de forma comparativa livros didáticos de Língua Portuguesa da etapa de alfabetização em uso numa escola privada e na rede de ensino público no município de Juazeiro-BA. Com isso, produzir uma crítica a respeito.

O propósito geral dos livros didáticos, tanto da instituição privada quanto pública, é fazer com que os estudantes aprendam, interajam e descubram o mundo, fazendo uma leitura deste. Santo (2006, p. 104) citando Séguin (1989, p. 19) afirma que o papel do livro é definido como "guia da aprendizagem, guiando o aluno no processo de compreensão e percepção do mundo. Isto acontece, por exemplo, proporcionando atividades abertas e criativas para que o aprendente possa fazer uso das suas próprias experiências e observações".

Com isso, será possível tomar nota de quais habilidades são propostas a serem desenvolvidas nos estudantes. Além de perceber como estes livros são auxiliares na construção do conhecimento e da contextualização e interação com a realidade local, bem como na autonomia discente.

Além destas questões, estudar o livro didático se justifica porque durante toda a graduação, no curso de pedagogia, não foi possível testemunhar quaisquer debates em sala de aula sobre a utilização destas obras, tampouco a sua validação para o processo de alfabetização e letramento, lugar em que pretendemos focalizar a análise.

Essa ausência de reflexão sobre a prática do uso do livro didático na alfabetização gerou expectativa de compreender e correlacionar a teoria na prática, tal como aplicar as orientações apresentadas no manual pedagógico. Igualmente,

observou-se que o papel da instituição de formação de professores é oferecer os conhecimentos necessários para tornar o egresso capaz de organizar os materiais didáticos e utilizá-los nas aulas, e mais do que isso, formar sujeitos críticos e reflexivos. E, desse modo, este trabalho contribui com essa tarefa, ao passo que implementa uma discussão sobre o livro didático, promovendo uma inferência teórica e esperando que o futuro professor entenda a organização do conteúdo a partir dele.

Neste trabalho, partimos da constituição das políticas do livro didático, apresentando de forma linear os avanços a partir dos fatores históricos, abordando uma discussão do uso do livro como regulador do currículo e das práticas educativas, como veremos.

As políticas do livro didático

Para iniciar o debate das políticas públicas do livro didático, é necessário que façamos uma introdução histórica, em que sejam considerados alguns fatores, entre eles políticos, econômicos e educacionais. De acordo com Freitag *et al* (1993, p. 11) estes aspectos se entrelaçam, e não é possível estudar o livro didático de forma isolada, sem levar em conta tais perspectivas.

Portanto, ainda que a expansão da distribuição dos livros didáticos no Brasil tenha sido resultado do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em meados dos anos 1980, a utilização deles no espaço escolar é muito anterior, ocorrido desde o século XIX, quando o Estado e a Igreja realizaram projetos educacionais no intuito de ajustar seus próprios interesses, a fim de alfabetizar a população para exercer o direito do voto.

Bittencourt (2008) relata que nos debates dos parlamentares, o manual didático era tema prevalecente no decorrer do século XIX. O projeto inicial era a elaboração de livros seguindo modelos estrangeiros, como o alemão e francês, contudo, conquistaram muitas reclamações e críticas, não somente pela falta dos manuais nas escolas, mas também porque os educadores preferiam obras nacionais. Posteriormente, o novo projeto se dá pela construção de obras didáticas nacionais, escritas por brasileiros e que envolvesse temas relativos ao país.

Assim, aos poucos, o livro escolar ganhava força e visibilidade nos projetos educacionais, pois dependia dele a formação do professor e do aluno:

> A obra didática era concebida como principal instrumento para divulgação do ideário educacional, dependendo dela, a formação do professor e do aluno. A ênfase no papel dos manuais didáticos para efetivação do programa de ensino partia do conceito que vigorava entre os franceses do período da Revolução: um livro lido é um livro apropriado que induz a novos hábitos. [...] Para os intelectuais que se dedicaram aos projetos educacionais, o livro escolar deveria condicionar o leitor, refrear possíveis liberdades diante da palavra escrita, impressa (Bittencourt, 2008, p. 26-27).

Para a autora, os livros didáticos visavam, prioritariamente, atender aos professores, tanto na elaboração de texto a partir de traduções, quanto atribuídos na formação de professores de níveis elementares, que surgiu juntamente com a criação das Escolas Normais.

Ao longo do tempo, os livros didáticos passaram por várias etapas até que chegassem às turmas escolares. Em 1930 surgiu o Instituto Nacional de Livros (INL), criado com a finalidade de validar a obra pedagógica, auxiliar sua produção e contribuir para efetivação das políticas no país. Em seguida, com o Decreto-lei nº 1.006 de 30 de dezembro de 1938 (Brasil, 1938) foram estabelecidas condições de produção, importação e utilização do livro didático. Através desse decreto foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) que a princípio era constituída por sete componentes, porém após o Decreto-Lei nº 1.177 de 23 de março de 1939 (Brasil, 1939) aumenta de sete para dezesseis o número de membros, designados pelo Presidente da República para exercerem suas funções.

A Comissão Nacional do Livro Didático, tem por objetivo "examinar os livros didáticos; estimular a produção e orientar a importação de livros didáticos; promover, periodicamente, a organização de exposições nacionais dos livros didáticos cujo uso tenha sido autorizado na forma desta lei." (Brasil, 1939). De acordo com Ferreira (2008, p. 38) a comissão estabelecia que a partir de 1º de janeiro de 1940 nenhum livro didático poderia ser adotado nas escolas do país sem a autorização prévia do Ministério da Educação e Saúde.

Em 1968 foi criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), uma autarquia federal responsável pela execução de políticas educacionais

do Ministério da Educação (MEC) com a finalidade de financiar as ações voltadas à educação básica, tendo em vista a equalização de oportunidades e garantindo a qualidade do ensino.

Com o Decreto-Lei nº 91.543 de 19 de agosto de 1985 (Brasil, 1985) foi definido o Programa Nacional do Livro Didático, cabendo-o avaliar e disponibilizar livros didáticos gratuitos aos estudantes matriculados em escolas públicas. Este decreto trouxe algumas alterações expressivas quanto aos livros didáticos como: a participação dos professores no processo de seleção dos livros; a reutilização progressiva dos livros por outros alunos nos anos posteriores, dessa forma, superando o livro descartado; o aumento da oferta aos alunos de todas as séries do ensino fundamental das escolas públicas e comunitárias; e o encerramento da participação financeira dos estados, tornando o governo federal responsável pela distribuição.

É através do PNLD que o Estado passou a assegurar a disponibilização gratuita do manual escolar de componentes curriculares como, Matemática, Português, História, Geografia e Ciências para os alunos do ensino fundamental da rede pública, ampliando para outros componentes mais recentemente.

Aos alunos do primeiro ano, também são ofertadas cartilhas de alfabetização. O qual antes era chamado Programa Nacional do Livro Didático agora possui uma nova nomenclatura, Programa Nacional do Livro e do Material Didático, pois não fornece mais somente obras didáticas, mas obras pedagógicas, *softwares*, jogos educacionais, entre outros.

Hoje, a distribuição do livro didático é universalizada e compõe o grupo dos direitos básicos do estudante, em consonância ao que estabelece o artigo 208, inciso VII, da Constituição Federal do Brasil e a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDBN). Em seu artigo 4º, inciso VII a LDBN faz menção aos programas de apoio ao material pedagógico: "O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante garantia de atendimento do educando no Ensino Fundamental, por meio de programas suplementares de material didático [...]" (Brasil, 1996).

Nesta empreitada, em 2020 foram distribuídos 71.816.715 livros para os 12.337.614 alunos matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental de 88.674

escolas do país (FNDE, 2021), no que é considerado um dos maiores programa de distribuição de livros para escolas públicas no mundo.

Mas, para que estes livros cheguem às escolas passam previamente por uma análise e avaliação pedagógica por profissionais de cada área de conhecimento, esse trabalho é realizado por um grupo de professores e especialistas em obras didáticas, em que a diagnose do livro se resulta na publicação de um Guia de Livros Didáticos (GLD), em que nele são registrados os conceitos, critérios, e fichas que conduzem a avaliação e seleção destas obras.

O guia é enviado às escolas, para que os professores o tenham como base norteando as suas escolhas do livro didático. Neste momento de escolha, se faz necessário que a escola organize reuniões e reflexões acerca do livro a ser adotado. Esse processo de escolha precisa se fazer de forma democrática, favorecendo a autonomia do professor e garantindo a sua participação ativa e reflexiva. Do ponto de vista da escola privada, a escolha do livro didático é feita segundo interesses da instituição, não sendo regulada pelo Estado.

Por esse motivo é tão importante o esforço e conhecimento dos professores no processo da escolha dessa ferramenta, já que muitas vezes, na sua formação, o futuro professor não tem acesso à informação dos LD, tampouco conhecimento das ideias do Guia do Livro Didático, que de certo modo influencie na sua prática. Essa é a preocupação posta por Azevedo (2004, p. 9), dado que, em muitas situações,

> o livro didático passa a ser o único instrumento pedagógico que o professor utiliza em suas aulas, tornando-se difícil exigir deste a utilização daquele como material de apoio. O risco que se corre com essa situação é o professor compreender a obra didática como um manual de instrução do qual não se pode discordar, muito menos tecer certas críticas em relação ao conteúdo.

Nestes termos, assim como não há pedagogia neutra, não há livro didático neutro que não carregue ideologias implícitas, muitas vezes subjacentes à manutenção de domínio de camadas dominantes da sociedade sobre as outras. Talvez isso explique a justificativa levantada como propaganda da escola privada, citada na introdução deste trabalho.

Sobre isso, Mészáros (2004, p. 472) adverte que

> O poder da ideologia dominante é indubitavelmente imenso, mas isso não ocorre simplesmente em razão da força material esmagadora e do correspondente arsenal político-cultural à disposição das classes dominantes. Tal poder ideológico só pode prevalecer graças à vantagem da mistificação, por meio da qual as pessoas que sofrem as consequências da ordem estabelecida podem ser induzidas a endossar, 'consensualmente', valores e políticas práticas que são de fato absolutamente contrários a seus interesses vitais.

Essa razão justifica que o livro não deve ser considerado como única fonte de conhecimento ofertada ao educando, mesmo que o professor o utilize didática e coerentemente em sala de aula, especialmente porque, conforme Oliveira *et al*. (1984, p. 16), "no Brasil, o contato com o primeiro livro quase sempre se dá na escola".

Nestes termos, esta pesquisa está focalizada no livro próprio da alfabetização, e mesmo que não tenhamos como objetivo levantar questões sobre seus aspectos políticos, culturais e econômicos, reconhecemos que tratar dos aspectos pedagógicos não se furtam dessas realidades. Salientamos que o livro didático, entretanto, é um material de apoio didático e faz grande diferença no processo de desenvolvimento de atividades de ensino. E, assim como a política do LD, as atividades contidas neles também foram reformuladas ao longo do tempo.

Bittencourt (2008) afirma que os livros didáticos eram centralizados no professor e preparados em função deles. Mas, em meados do século XIX, essa ideia se reverteu e foi compreendido que o livro não era de uso exclusivo deste, dando-lhe outras definições e características. Portanto, não podia somente usá-lo para transcrever e citar, mas fazia-se necessário que os alunos os manuseassem. Baseado nesse novo ponto de vista, o aluno passou a ser a figura central e consumidor direto, o que exigiu cautela nos autores e editoras para modificações nos produtos, alterando até a sua linguagem.

As interações em sala de aula são fundamentais no processo de ensino-aprendizagem. Hummel (1988, p. 11), conforme foi citado por Santo (2006, p. 104), relata que "o livro envolve o aluno num processo ativo de aprendizagem e não o confina a transmissão de fatos", desse modo faz-se essencial que o professor estimule a curiosidade dos educandos com suporte dos textos nos livros. O uso dos livros precisa trazer a experiência contextual e significativa, não apenas um fator

transmissivo de informes, mas que provoque o aluno a construir suas próprias questões, tornando-o ativo nas interações em um desenvolvimento talvez construtivista.

Discussões acerca do uso do livro didático

Para Morais e Albuquerque (2005, p. 147) o livro didático vem se constituindo em um material de regulação de muitos aspectos da prática do professor: os conteúdos a serem ensinados, a ordem em que eles deveriam ser trabalhados, as atividades a serem desenvolvidas, os textos a serem lidos, até a forma de correção dos exercícios. Mas, enquanto alguns professores de alfabetização utilizam os livros didáticos como manual e material de apoio em suas aulas, em contrapartida, outros não os utilizam de forma exclusiva, pois acreditam que o nível é superior aos que seus alunos estão acostumados, tornando assim, difícil de serem trabalhados.

A utilização desse material didático, entretanto, vem tomando expressividade ao longo dos anos, desde seu uso como cartilhas aos livros modernos, tanto quanto aos *pseudotextos*, como às atividades propostas. Esta tem sido uma demanda crescente, especialmente por meio de metas estabelecidas para as políticas de alfabetização no país.

Além disso, as inovações teóricas no campo da alfabetização têm levado os livros didáticos a passarem por alterações. A grande transformação dos Livros Didáticos de Alfabetização (LDA) pôde ser observada a partir da linguagem exposta nos livros, desde que nas cartilhas possuíam sua perspectiva associacionista e empirista, partindo da hipótese de repetição e memorização, os LDA atuais, têm sua abordagem baseada no construtivismo e sócio-construtivismo, afirmando que o conhecimento é resultado da construção pessoal do aluno e o professor é um importante mediador nesse processo.

Existe então o método correto ou o melhor método para alfabetizar, a partir do uso dos livros didáticos? Em acordo com as autoras Galvão e Leal (2005, p. 14), para aprender a ler e escrever o aluno precisa estar envolvido em situações que o desafie, que lhe traga reflexão, fazendo usos de textos reais, explorando os diversos gêneros textuais. Os livros didáticos de alfabetização são instrumentos em que

podem ser encontrados uma pluralidade de conteúdos que colaboram para a construção do conhecimento do aluno, ainda que, muitas vezes nas suas atividades presentes não promovam uma reflexão sobre o sistema de escrita.

Numa pesquisa realizada por Morais e Albuquerque (2005) em 6 livros de alfabetização, os autores observaram quais atividades estavam sendo propostas para que os alunos se apropriassem do Sistema de Escrita Alfabética (SEA), chegando a conclusão de que os livros didáticos não estimulavam a reflexão metalinguística dos alunos, pois as atividades que ofereciam o desenvolvimento fonológico às crianças eram raras.

> [...] eram quase ausentes as tarefas que envolviam, por exemplo, a identificação ou produção de rimas e aliterações, a partição, contagem e comparação de palavras quanto ao número de sílabas. Esse nos pareceu um ponto preocupante, já que sabemos o quanto tais atividades são essenciais para a apropriação do SEA. (Morais; Albuquerque, 2005, p. 156)

Diferente das cartilhas, os livros modernos possuem textos longos, os quais dependem que o professor realize a leitura para ou, com a turma. Contudo, foi possível perceber também a partir desta pesquisa sobre a consciência fonológica, que os manuais didáticos aproveitavam muito pouco dos textos curtos, como por exemplo trava-línguas, quadrinhas e parlendas, textos esses que possibilitam a facilidade de memorizar, colaborando ao aluno relacionar entre partes escritas e faladas. Da mesma forma, os autores descrevem que um pequeno número de livros didáticos de alfabetização não impulsiona a produção da escrita espontânea. Em suma, Morais e Albuquerque (2005) concluíram que os autores dos livros didáticos de alfabetização não correspondem ao que diz respeito ao SEA, e se atentam mais para o eixo do letramento.

Em razão disso, muitos professores acreditam que os livros não são capazes de alfabetizar pela ausência de um ensino mais sistemático apontado para o eixo da alfabetização, sendo assim, muitos docentes escolhem utilizar os materiais didáticos como apoio, desenvolvendo sua própria prática de alfabetização.

Em outra pesquisa, também realizada por Albuquerque, Morais *et al*, (2005), em contato com professoras perceberam que apesar de elas reconhecerem o valor do livro didático, ponderaram que estes não atendiam a necessidade da sua turma,

relataram também que mesmo podendo ser consideradas "tradicionais" não conseguiam alfabetizar baseadas nos LDA. Os autores concluem que o livro didático de alfabetização é um material eficiente, mas não suficiente para ser utilizado como um material de apoio exclusivo no planejamento pedagógico docente. Dessa forma, destaca-se o valor de desenvolver esse projeto a fim de contribuir com a formação e a reflexão dos professores sobre os livros didáticos.

Cientes das problemáticas, contradições e debates em relação ao livro didático, procuramos comparar as principais atividades de língua portuguesa em dois LDA, conforme os procedimentos que passaremos a expor a partir da próxima seção.

Itinerários Metodológicos

A pesquisa apresentada neste artigo, constituiu-se de caráter documental, pois para Gil (2002) dispõe-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico. Da mesma forma Phillips (1974, p. 187) considera como documentos "quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano" como por exemplo cartas, diários, boletins, mapas, fotografias, e livros.

A análise documental possibilita ao pesquisador encontrar as respostas que procura, já que os documentos constituem fontes ricas e estáveis de dados. Dessa forma, adotou-se a abordagem qualitativa, visto que, ela permite a relação entre o mundo real e o sujeito, uma vez que a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa (Prodanov et al, 2013, p. 70).

As fontes primárias utilizadas na pesquisa foram os livros didáticos nas turmas de primeiro ano do Ensino Fundamental I, de duas escolas na cidade de Juazeiro – Bahia, um de uso na rede pública de ensino, disponibilizado pelo PNLD, e outro de uma escola privada. Por normas éticas, os nomes das escolas serão reservados.

Para escolha da fonte da escola privada e seu respectivo livro, consideramos os seus padrões de clientes. Sendo uma escola que atende aos filhos de trabalhadores e funcionários públicos, não à microelite socioeconômica local, o que permite possuir grandes referências do setor público em suas metodologias de ensino.

Os livros possuem o mesmo ano de impressão, 2018, porém de editoras diferentes, Ápis e Sucesso para escola pública e privada, respectivamente. Após a escolha, os livros passaram por uma análise comparativa nas suas principais atividades de língua portuguesa, auferindo como estas atividades são dispostas no decurso da alfabetização e letramento, identificando também as disparidades e semelhanças entre elas. Estes procedimentos coadunam com o que Gil (2008, p. 16) destaca sobre o método comparativo, isto é, "resulta da investigação de indivíduos, fenômenos, classes ou fatos, com a finalidade de ressaltar as diferenças e similaridades entre eles".

Neste sentido, Fachin (2006, p. 41) explica que "o método comparativo permite a análise de dados concretos e, então, a dedução dos elementos constantes, abstratos e gerais". É um método que propicia a explicação dos dados segundo suas semelhanças e suas diferenças, inclusive em investigações de caráter indireto.

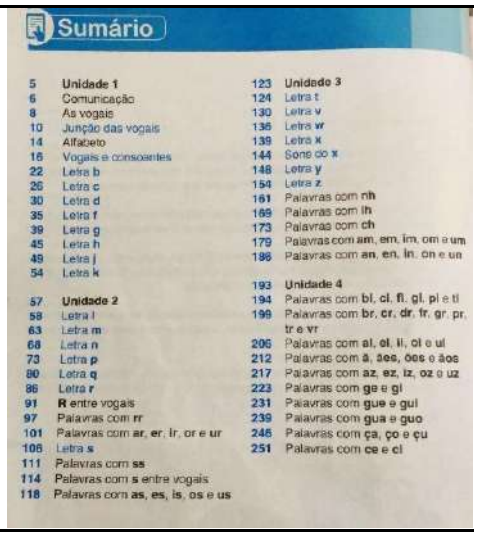
Escolhemos alguns itens que consideramos imprescindíveis para a análise, como o sumário, a complexidade dos textos, os conteúdos trabalhados em cada livro, o projeto de leitura, e a representação das identidades étnico-raciais e as identidades regionalistas.

Apropriações comparativas entre os livros

Os primeiros itens analisados foram os sumários e a estrutura dos seus conteúdos, para compreendermos como estão organizados seus capítulos, unidades ou eixos temáticos. Ora, conhecer a estrutura do livro e a organização dos seus conteúdos é fundamental para que o professor assegure o seu planejamento e melhor avalie no momento da escolha do livro didático para sua turma.

Desse modo, após o primeiro contato, foi possível perceber que o livro da rede pública está estruturado em 22 unidades, em que cada uma aborda uma temática. Por outro lado, o livro da rede privada é organizado em 4 unidades, que tratam dos conteúdos a serem trabalhados ao longo do ano letivo.

Figura 1 – Sumário dos livros

Rede Pública	Escola Privada
	

Ainda nesse primeiro momento, apontou-se uma grande disparidade entre os livros, visto que o livro da rede pública traz no índice uma grande diversidade de conteúdo, como histórias em quadrinhos, cantigas, poemas, receitas, bilhetes, entre outros. O que, no entanto, não se notou no livro da rede privada. No livro didático da escola privada, o sumário evidenciou a ausência de gêneros textuais, focando exclusivamente no domínio do código alfabético, como mostrado na figura 1. Todavia, o campo de experiência, escuta, fala, pensamento e imaginação, da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2017), revela que o contato da criança com os diferentes gêneros textuais é propício à sua aprendizagem, pois é nesse convívio que os alunos constroem hipóteses sobre as escritas reveladas.

Em seguida, a complexidade dos textos e os conteúdos também foram avaliados. Cada livro didático tem a sua forma, bem como a metodologia ao apresentar os conteúdos, como já mostrado no sumário. Dessa maneira, notamos que o livro da escola privada utiliza de textos como ponto de partida para dar início a temática que irá trabalhar, dispondo de histórias, cantigas populares, versos de músicas, dentre outros. Já o livro da escola pública, que apresenta seus conteúdos através da seção nomeada “assim também aprendo”, em que desfruta de brincadeiras e desafios para que o aluno inicie seus estudos.

Depois dessa seção, aparecem os textos, porém, com uma estratégia diferente e uma maior diversidade, como histórias em quadrinhos, pinturas, textos instrucionais, e imagens, estabelecendo assim, a problematização do conteúdo. Logo

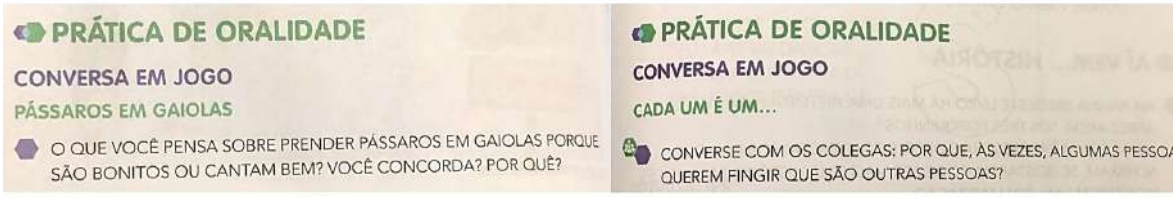
após a leitura dos textos, ambos os livros dispõem de atividades em relação ao tema abordado, provocando a interpretação.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) abordam os conteúdos em três categorias, são os conceituais, procedimentais e atitudinais. Nos dois livros, percebeu-se a presença dos conteúdos conceituais, que se referem ao "saber", ou seja, aprender algum fato, conceito ou informação, que nos livros são representados pelas atividades relacionadas a assimilação do alfabético, como localizar tal letra, completar as sílabas, ordenar palavras etc.

Entretanto, somente no livro da escola pública pôde-se perceber os conteúdos procedimentais, no que diz respeito ao "saber fazer", em que os alunos aprendem a colocar em prática os conhecimentos adquiridos nos conteúdos conceituais. É o momento que as atividades estimulam a reflexão do aluno. O aluno aprende quando está envolvido em situações que o desafie, exigindo dele um olhar mais reflexivo, fazendo usos de textos reais e explorando os diversos gêneros textuais, tornando significativa a aprendizagem.

Os conteúdos atitudinais por sua vez, são relacionados às normas, valores e comportamentos que esperam do aluno diante a uma situação específica, onde geralmente são tratados os temas transversais segundo os PCNs. É por meio desses conteúdos que o aluno amadurece, e se descobre como parte da sociedade, tornando-se apto para resolução de conflitos. As contribuições dos conteúdos atitudinais, foram identificadas no livro da escola pública dentro da seção "Conversa em jogo" (Figura 2), que permite o aluno trocar ideias, dar e ouvir opiniões, como por exemplo a questão sobre a prática de prender pássaros na gaiola, onde pergunta o que o aluno pensa sobre esse comportamento, se concorda e porquê. Já no livro da escola privada, não foi possível observá-las.

Figura 2 – Seção conversa em jogo – livro da rede pública


PRÁTICA DE ORALIDADE
CONVERSA EM JOGO
PÁSSAROS EM GAIOLAS
O QUE VOCÊ PENSA SOBRE PRENDER PÁSSAROS EM GAIOLAS PORQUE SÃO BONITOS OU CANTAM BEM? VOCÊ CONCORDA? POR QUÊ?

PRÁTICA DE ORALIDADE
CONVERSA EM JOGO
CADA UM É UM...
CONVERSE COM OS COLEGAS: POR QUE, ÀS VEZES, ALGUMAS PESSOA QUEREM FINGIR QUE SÃO OUTRAS PESSOAS?

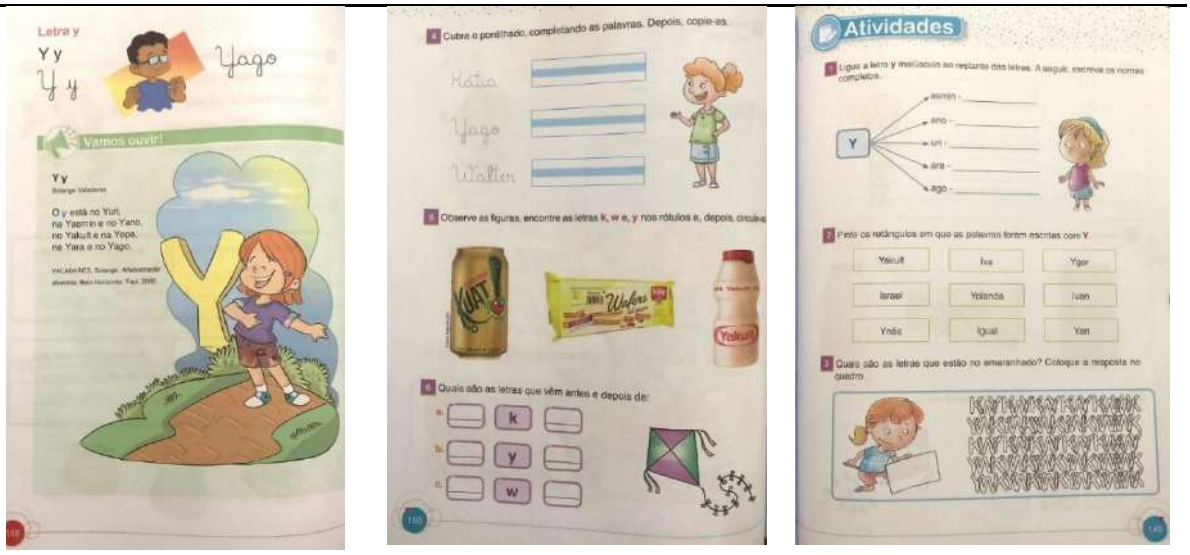
Com base nessas observações, constatou-se que o livro da escola privada tem a abordagem tecnicista, que como menciona Menezes (2001): “essa pode ser considerada não-dialógica, ou seja, ao aluno cabe assimilar passivamente os conteúdos transmitidos pelo professor. Essa pedagogia difere da progressista que privilegia a formação de cidadãos participativos e conscientes da sociedade em que vivem”.

Visto que o livro traz somente conteúdos conceituais, não sendo possível ofertar ao aluno informações que possibilite a mudança de atitudes, como exemplo os pássaros em gaiolas, ou que desenvolvam habilidades procedimentais. Em outras palavras as suas atividades não proporcionam a formação do aluno questionador, reflexivo e que constrói intertextualidades, não provoca a leitura de mundo para o aluno, pois seus exercícios são de decodificação, questões diretas e explícitas não causando a inferência do aluno. Havendo divergência com a BNCC no qual há competências específicas como “ler, escutar e produzir textos que circulam em diferentes campos de atuação e mídias, com compreensão, autonomia, fluência e criticidade, de modo a se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, e continuar aprendendo” (Brasil, 2017, p. 87).

O livro da rede pública, consegue atender os tipos de conteúdo seguindo os PCNs, colocando o aluno como protagonista no processo de sua aprendizagem, trazendo em seus exercícios questões que necessitam de maiores reflexões e a formulação de hipóteses, com seções lúdicas no qual abordam pesquisas e produções textuais como a escrita espontânea, por exemplo. Conforme a BNCC (2017, p. 50) as crianças precisam “produzir suas próprias histórias orais e escritas (escrita espontânea), em situações com função social significativa.”

Nas figuras a seguir, espera-se fazer mais compreensivo o que foi exposto até aqui. Vale ressaltar que, as críticas se dão aos materiais impressos, pois os livros são escritos de forma genérica, e não para uma turma ou região específica. Neste sentido, é importante destacar, que é papel do professor utilizar de diferentes metodologias no processo de alfabetização, de modo que ele trabalhe simultaneamente os códigos alfabéticos e o letramento para que proporcione ao educando o exercício da leitura, em diversas situações sociais, na qual ele está inserido.

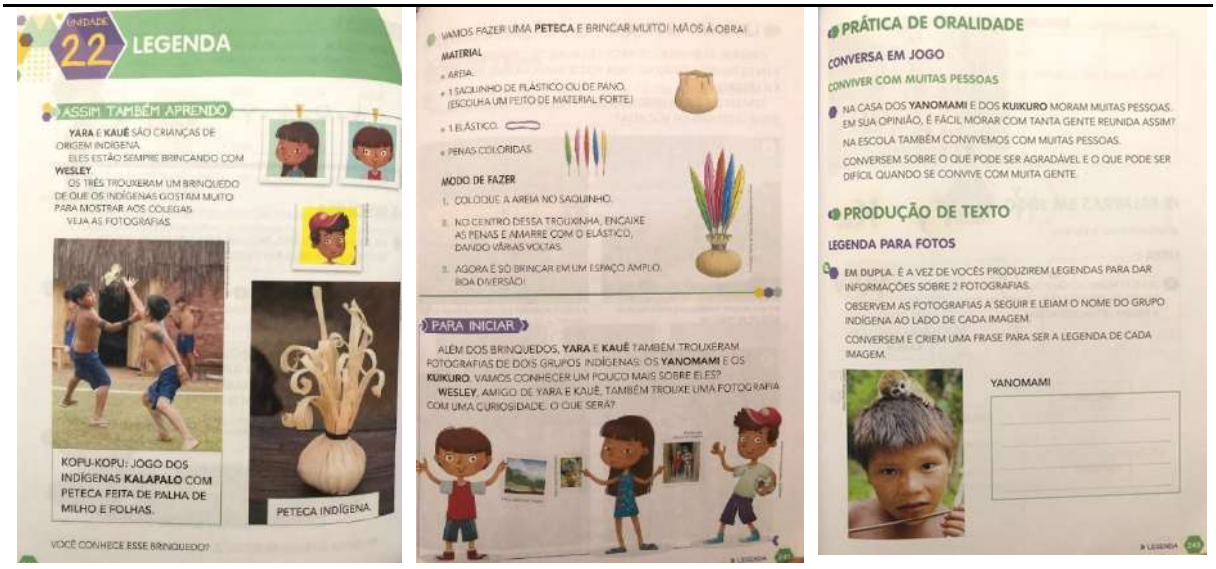
Figura 3 – Livro da escola privada apresentando a letra Y



Nesta perspectiva, pode-se notar que na maioria das suas atividades, o livro utiliza os métodos analítico-sintéticos em que as palavras são decompostas para criação de frases. Concordando com Galvão e Leal (2005, p. 24) quando afirmam que nas variações do método analítico-sintético, encontramos a Palavração. Com ele, o aluno aprende palavras e depois as separa em sílabas para com estas formar novas palavras.

As atividades não dialogam com outros conteúdos, impossibilitando ao aluno o exercício reflexivo, mas tornando-o apenas técnico de leitura, deixando a desejar o letramento. O livro não pode ser apenas um fator transmissivo de informes, mas ele deve auxiliar o aluno a construir suas próprias questões. Portanto, pode-se dizer que os exercícios oferecidos pelo livro, assemelha-se às cartilhas, utilizadas para alfabetizar no século passado.

Figura 4 – Livro da escola pública apresentando a letra Y



UNIDADE 22 LEGENDA

ASSIM TAMBÉM APRENDO

YARA E KAUÊ SÃO CRIANÇAS DE ORIGEM INDÍGENA.
ELES ESTÃO SEMPRE BRINCANDO COM WESLEY.
OS TRÊS TROUXERAM UM BRINQUEDO DE QUE OS INDÍGENAS GOSTAM MUITO PARA MOSTRAR AOS COLEGAS.
VEJA AS FOTOGRAFIAS.

KOPU-KOPU: JOGO DOS INDÍGENAS KALAPALO COM PETECA FEITA DE PALHA DE MILHO E FOLHAS.

PETECA INDÍGENA.

VOCÊ CONHECE ESSE BRINQUEDO?

VAMOS FAZER UMA PETECA E BRINCAR MUITO! MÃOS À OBRA!

MATERIAL
- AREIA.
- 1 SACUINHO DE PLÁSTICO OU DE PANO. (ESCOLHA UM FEITO DE MATERIAL FORTE)
- 1 ELÁSTICO.
- PENAS COLORIDAS.

MODO DE FAZER
1. COLOQUE A AREIA NO SACUINHO.
2. NO CENTRO DESSA TROUXINHA, ENCAIXE AS PENAS E AMARRE COM O ELÁSTICO, DANDO VÁRIAS VOLTAS.
3. AGORA É SÓ BRINCAR EM UM ESPAÇO AMPLO. BOA DIVERSÃO!

PARA INICIAR

ALÉM DOS BRINQUEDOS, YARA E KAUÊ TAMBÉM TROUXERAM FOTOGRAFIAS DE DOIS GRUPOS INDÍGENAS: OS YANOMAMI E OS KUIKURO. VAMOS CONHECER UM POUCO MAIS SOBRE ELES?
WESLEY, AMIGO DE YARA E KAUÊ, TAMBÉM TROUXE UMA FOTOGRAFIA COM UMA CURIOSIDADE. O QUE SERÁ?

PRÁTICA DE ORALIDADE

CONVERSA EM JOGO

CONVIVER COM MUITAS PESSOAS

NA CASA DOS YANOMAMI E DOS KUIKURO MORAM MUITAS PESSOAS. EM SUA OPINIÃO, É FÁCIL MORAR COM TANTA GENTE REUNIDA ASSIM?
NA ESCOLA TAMBÉM CONVIVEMOS COM MUITAS PESSOAS.
CONVERSEM SOBRE O QUE PODE SER AGRADÁVEL E O QUE PODE SER DIFÍCIL QUANDO SE CONVIVE COM MUITA GENTE.

PRODUÇÃO DE TEXTO

LEGENDA PARA FOTOS

EM DUPLA. É A VEZ DE VOCÊS PRODUZIREM LEGENDAS PARA DAR INFORMAÇÕES SOBRE 2 FOTOGRAFIAS.
OBSERVEM AS FOTOGRAFIAS A SEGUIR E LEIAM O NOME DO GRUPO INDÍGENA AO LADO DE CADA IMAGEM.
CONVERSEM E CRIEM UMA FRASE PARA SER A LEGENDA DE CADA IMAGEM.

YANOMAMI

Quando se fala em dialogar com outros conteúdos e trazê-los de forma lúdica e atrativa, é exatamente isso. O livro da rede pública consegue apresentar o gênero textual “legenda” juntamente com a letra Y, além de destacar a informação cultural indígena através de desafios e brincadeiras, gerando nos alunos o desejo de conhecer e se expressar sobre o conteúdo. Na figura, nota-se que o livro não separa os tipos de conteúdo, seguindo os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Deste modo, é indispensável que os livros didáticos discutam os temas transversais como a ética, o meio ambiente, a saúde, a orientação sexual e a pluralidade cultural, pois como menciona os PCNs:

> Os conteúdos dos temas transversais, assim como as práticas pedagógicas organizadas em função da sua aprendizagem, podem contextualizar significativamente a aprendizagem da língua, fazendo com que o trabalho dos alunos reverta em produções de interesse do convívio escolar e da comunidade (Brasil, 1997, p. 37).

O Brasil é um país miscigenado e rico em diversidade étnica, resultado de uma grande mistura de culturas, a pluralidade cultural também foi item de análise nos livros, com intuito de identificar as representações de identidades étnico-raciais e regionais.

Embora tenham maiores evidências nos livros de História e Geografia graças às leis 10.639/03 (Brasil, 2003) e 11.645/08 (Brasil, 2008) que torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, essa transversalidade também

é abordada nos livros didáticos Língua Portuguesa, a partir das concepções e valores socioculturais, além da língua ser um veículo de representações presente em todas as situações de ensino e aprendizagem.

Como visto na figura 4, ainda que breve, o livro da rede pública levanta algumas questões indígenas, e apesar de apresentar algumas vezes desenhos de crianças negras, os dois livros não abordam nenhum questionamento sobre a cultura africana em si. Foi possível identificar também, que o livro da escola pública traz somente duas imagens de crianças com deficiência física, enquanto o livro da rede privada, nenhuma.

Acerca da contextualização regional, considerando as expressões, dialetos, sotaques, e demais variações linguísticas, não foi possível encontrar em nenhum dos livros atividades ou debates que proporcione o aluno se reconhecer culturalmente, uma vez que a língua possibilita ao homem significar o mundo e a realidade. Para os PCNs (Brasil, 1997, p. 22) "aprendê-la é aprender não só as palavras, mas também os seus significados culturais e, com eles, os modos pelos quais as pessoas do seu meio social entendem e interpretam a realidade e a si mesmas". Desta feita, a não adequação dos livros didáticos aos aspectos regionais prejudica o trabalho dos professores, sobretudo em se tratando dos livros destinados à alfabetização que trazem um conteúdo unificado, com textos elitistas, os quais não condizem com as características das realidades locais dos estudantes.

É na alfabetização que se desenvolve o hábito da leitura, seu interesse por diversas histórias, e como consequência, a formação do aluno como leitor e sujeito da própria língua. Todavia, há uma discrepância nesse processo de desenvolvimento do hábito de leitura, dado que muitas vezes a única oportunidade do aluno em se fazer leitor, é utilizando o livro didático. Por isso, é importante que esses livros se façam atrativos para o estudante, pois é na infância que se desenvolve o imaginário, o que possibilita que a criança lide com seus sentimentos, aprendendo a expressá-lo de modo claro. Em função disso, os projetos de leituras presentes nos livros também foram considerados.

No final do livro da rede pública há uma coletânea de textos, que se refere às narrativas estudadas ao longo do manual, e em seguida, o convite a uma viagem cheia de emoção, apresentado pela obra "O menino que descobriu as palavras". Por

outro lado, o livro da escola privada não deixa explícito o cuidado e incentivo à leitura, bem como não destacou nenhum projeto, tendo como únicos, os textos da abertura de conteúdo.

Discussões acerca dos dados comparativos

Diante do que foi exposto até aqui e dos itens criticamente analisados, ficam evidentes as disparidades entre os livros didáticos utilizados na rede pública e privada de ensino. O livro da rede pública traz questões mais filosóficas que provocam o aluno, estimulando-o a refletir, promovendo sua autonomia e fazendo dele o protagonista no processo de aprendizagem, ainda que não se aproprie profundamente no sistema de escrita alfabética, o livro é de fato um grande instrumento para o processo de alfabetização e letramento.

O livro da escola privada, no entanto, contribui significativamente para a apropriação da escrita, do exercício da leitura, dos encontros consonantais, da separação das sílabas, porém desconsidera o aluno como figura central no ensino e aprendizagem, na maior parte das suas atividades constatou uma abordagem tecnicista. Nesse ponto, é importante nos remeter ao que nos explica Geraldi (1987), que o próprio conceito de ensino de língua foi desviado, restringindo-se ao estudo de uma teoria da gramática. Segundo o autor, o ensino da língua configurou-se no ensino da "teoria gramatical", o que nos coloca frente a um dilema. De modo geral, o conteúdo programático do ensino da gramática é defasado, já que não contempla a diversidade linguística e cultural dos estudantes e suas famílias.

Daí, surge o questionamento: até onde a técnica da leitura é mais essencial que a reflexão? Sabe-se que não é, pois elas se complementam, formando integralmente o estudante. Quando o livro destaca exclusivamente as questões técnicas, faz do aluno um mero reprodutor de conceitos. Fortalecendo esse pensamento Soares (2003) destaca que "não adianta aprender uma técnica e não saber usá-la". Para a autora, a aprendizagem da técnica só se faz significativa quando praticada em situações sociais. Ela acrescenta ainda que o processo de alfabetização e letramento são indissociáveis já que:

> A alfabetização desenvolve-se no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só se pode desenvolver no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema–grafema, isto é, em dependência da alfabetização (Soares, 2003, p. 14).

Compreendemos que o livro da rede pública é mais eficaz que o da rede privada, pois, o livro permite que os alunos exercitem a função social da leitura e da escrita. Todavia, é importante levar em consideração alguns fatores que impedem que os alunos da rede pública avancem no processo de alfabetização mais cedo, como por exemplo, a ausência de políticas públicas sociais de proteção e de promoção dos direitos infantis, a estrutura das escolas, dentre outros.

Importante notar, ainda, que há diversos programas de correção de fluxo, especialmente voltadas às questões da alfabetização. Mas, sem a superação das desigualdades sociais haveremos de levar o ensino público sempre à reboque, pelo acumulado de crises e ausências que afetam decisivamente parte significativa dos discentes. Também há frangibilidade nas condições de trabalho e de política salarial (falta de material de apoio) para os professores, especialmente àqueles que não ocupam lugar de concursados no serviço.

Na rede privada também há problemas salariais e de valorização, cada vez mais crescentes com a retirada de direitos nos últimos anos. Entretanto, a quantidade de alunos por sala é menor, os professores possuem materiais pedagógicos e uma fonte de financiamento sempre acessível, o que ajuda assegurar sempre novas atividades lúdicas e participação em outras fontes de cultura, entre outros privilégios.

Considerações Finais

Neste artigo, buscamos analisar de forma comparativa livros didáticos de Língua Portuguesa da etapa de alfabetização em uso numa escola privada e na rede de ensino público no município de Juazeiro-BA. Apanhamos que o livro didático passou por muitas reformulações até os dias atuais, mas há ainda aqueles que possuem um longo caminho a percorrer para alcançar os objetivos que os documentos norteadores intencionam. Tomando como efeito as disparidades encontradas nos livros de alfabetização em uso na escola pública e privada, entendemos relevante

sua exposição para desfazer algum tipo de estereótipo acerca da qualidade de ensino ofertada às escolas públicas do país, visto que a pesquisa revela a precisão das atividades contidas no livro quanto ao processo de alfabetização e letramento.

As atividades contidas nos livros, necessitam da linguagem própria que atenda às especificidades de aprendizado da criança – dissociando o caráter da memorização, necessitam de uma abordagem pautada na pluralidade de conteúdos – com uso de temas transversais e contextos regionais, que colaborem para a construção do conhecimento do aluno e seu reconhecimento social. Por fim, precisam da diversidade textual, pois é no contato com diferentes gêneros que surgem as hipóteses de escritas e promove a reflexão do aluno.

Vale salientar novamente que, as críticas exibidas no artigo, não referem-se às metodologias de ensino, mas ao material didático. Por esse motivo, quanto ao livro da escola privada, é indispensável que o professor ao usá-lo, encontre didáticas assertivas para assegurar as habilidades sociais dos alunos, dado que, as atividades reveladas ferem a formação integral das crianças. O docente precisa fazer seu uso de modo consciente e planejado, para assim evitar possíveis contrariedades na sala de aula. Chama-se de consciência o resultado de estudo e planejamento, pois os livros não devem ser usados de forma impulsiva, mas como uma ferramenta de suporte na prática pedagógica do discente.

Acredita-se que alguns professores têm como base o livro didático para preparar a sua aula – oferecendo uma aula técnica e irrefletida, como também o utilizam somente para a transcrição de conteúdos para o caderno. Dessa forma, é necessário que o livro se torne aliado do professor e não um fator determinante para seu planejamento e plano de aula.

Finalmente, esse conhecimento sobre os manuais pedagógicos deve ser iniciado na formação dos futuros professores, o que raramente acontece. Assim sendo, demonstra a necessidade de abordagem sobre o livro didático nas instituições de ensino superior do curso de Pedagogia. Além da abordagem nos cursos, as escolas têm um papel fundamental de orientar os professores durante a escolha dos livros, organizar reuniões de formação continuada acerca do assunto, é uma forma de possibilitar a participação democrática e reflexiva no momento de decisão

Referências

AZEVEDO, Ricardo. Formação de Leitores e razoes para a literatura. In: SOUZA, Renata Junqueira. **Caminhos para a formação do leitor**. São Paulo: DCL, 2004.

BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e saber escola** (1810-1910). Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938.** Dispõe sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Brasília: Câmara dos Deputados, 1938. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.177, de 23 de março de 1939.** Dispõe sobre o funcionamento da Comissão Nacional do Livro Didático. Brasília: Câmara dos Deputados, 1939. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1177-29-marco-1939-349194-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 91.542 de 19 de agosto de 1985.** Dispõe sobre a instituição e execução do Programa Nacional do Livro Didático. Brasília: Câmara dos Deputados, 1985. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91542-19-agosto-1985-441959-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRASIL**. Lei Federal Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 29 ago. 2024.

BRASIL**. Lei Federal Nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003,

que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 29 de ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Lingua Portuguesa**. Brasília: MEC, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação.

DIONÍSIO, Ângela Paiva. Livros didáticos de Português formam professores? Brasília-DF: **Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação**: formação de professores, out., v. 1, nº 6. MEC/SEF, 2001, p. 85. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/farquivos/pdf/vol1b.pdf. Acesso em: 13 jul. 2024.

Escola Pública ou Particular? Como saber qual é a melhor opção. Colégio Erasto Graertner, 2016. Disponível em: https://www.erasto.com.br/noticias/escola-publica-ou-particular-como-saber-qual-e-melhor-opcao. Acesso em 03 ago. 2024.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006

FERREIRA, Rita de Cássia Cunha. **A comissão nacional do livro didático durante o estado novo (1937 - 1945)**. (2009). 141f. Dissertação (Mestrado em Educação) Assis: Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, 2008.

FNDE, **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Dados Estatísticos do PNLD. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos. Acesso em: 17 jul. 2024.

FREITAG, Barbara. et al. **O livro didático em questão**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1993

GALVÃO, Andréa; LEAL, Telma Ferraz. **Há lugar ainda para os métodos de alfabetização? Conversa com os professores(as).** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

GERALDI, João Wanderley. **O texto na sala de aula**. Cascavel: Assoeste, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete pedagogia tecnicista. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educa Brasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: https://www.educabrasil.com.br/pedagogia-tecnicista. Acesso em: 23 ago. 2024.

MÉSZÁROS, István. **O poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo editorial, 2004.

MORAIS, Artur Gomes de; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. **Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

OLIVEIRA, João Batista Araújo et al. **A política do livro didático**. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1984.

PHILLIPS, Bernard. **Pesquisa Social, Estratégia e Táticas**. Rio de Janeiro, Agir, 1974.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de Freitas. **Metodologia do Trabalho Cientifico:** Métodos e técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Freevale, 2013

SANTO, Esmeralda Maria. Os manuais escolares, a construção de saberes e a autonomia do aluno. Auscultação a alunos e professores. **Revista Lusófona de Educação.** Lisboa, n. 8, jul. 2006.

SOARES, Magda Becker. Letramento e Alfabetização: as muitas facetas. **Anais da 26ª Reunião Anual da ANPED** – GT Alfabetização, Leitura e escrita. Poços de Caldas, 7 de outubro de 2003.